

COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANO NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS - PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX*

Mario Marcos Sampaio Rodarte¹
Marcelo Magalhães Godoy²

Depois que o Brasil se tornou independente e os habitantes de S. João renunciaram, ao menos em parte, à mineração, esta vila tornou-se o centro de considerável comércio, que tende a aumentar com o tempo. Os comerciantes, muitos dos quais bem ricos, compram no Rio de Janeiro todos os objetos que podem ser consumidos no interior; os vendeiros das pequenas vilas da comarca de Rio das Mortes e das comarcas mais distantes tem certeza de encontrar numa mesma casa em S. João, quase todos os artigos de que necessitam; enquanto que, se fossem ao Rio de Janeiro perderiam muito tempo, fariam despesas consideráveis e, menos conhecidos, não gozariam do mesmo crédito (Saint-Hilaire, 1974: 111).

Esse comércio [entre S. João del Rei e a Corte] é mantido principalmente por meio de quatro tropas regulares, consistindo cada qual de cerca de cinquenta burros, que perfazem geralmente oito jornadas por ano (Luccock, 312).

Introdução

Esta investigação tem por objeto o setor comercial, atividade econômica que desempenhava a função de controlar a produção global numa economia ainda sem o domínio do setor industrial. Complementar às análises contidas em trabalhos anteriores, que buscavam notadamente fazer a caracterização socioeconômica dos comerciantes, o presente estudo focalizou as unidades comerciais. Número de pessoas envolvidas com a atividade, posição do comerciante no domicílio, atividades associadas ou complementares ao comércio e tamanho do plantel de escravos são os principais atributos analisados, diferenciadas as unidades entre o comércio fixo, o de tropas e aquelas que integravam o comércio estabelecido com a circulação de tropas.

Além da caracterização, procurou-se também analisar a distribuição espacial das unidades comerciais. Objetivou-se o exame das diferentes conformações do setor comercial no território da província de Minas Gerais, observadas as relações entre as características

* O presente trabalho foi desenvolvido no Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG no âmbito da pesquisa “Desenvolvimento urbano e formação do mercado interno em Minas Gerais: 1830-1930”, coordenada pelo Prof. João Antonio de Paula, contando com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

¹ Doutorando em Demografia e mestre em Economia pelo Cedeplar/UFMG. Pesquisador do *Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica* do Cedeplar/UFMG.

² Doutor em História Econômica na Universidade de São Paulo, professor da FACE/UFMG e pesquisador do *Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica* do Cedeplar/UFMG.

espaciais e o tamanho e composição do aparato comercial ali presente. No território da província, as unidades espaciais de análise foram 1) as regiões, diferenciadas pelos seus níveis de desenvolvimento econômico; e 2) os níveis de centralidade urbana dos distritos mineiros, que compunham a mais vasta e intrincada rede de cidades na hinterlândia brasileira da época.

O presente estudo está segmentado em duas partes. Na primeira, de natureza metodológica, é apresentada a fonte primária, o censo populacional e econômico de 1831/32, considerado o maior inquérito nominativo do Brasil imperial. Procurou-se, ainda nessa seção, explicitar o método utilizado no tratamento dos dados censitários, apresentar os recortes espaciais e discutir a abordagem elaborada para definir as unidades comerciais. A segunda parte apresenta os resultados do presente estudo: a localização das unidades comerciais e suas características segundo diferentes níveis de desenvolvimento econômico e de urbanização. Na seqüência são mostradas as considerações finais sobre os resultados obtidos e anexo contendo tabelas mais detalhadas sobre as unidades comerciais.

1. Aspectos metodológicos

1.1 As listas nominativas de 1831/32

O Censo de 1831/32, organizado sob a forma de listas nominativas de habitantes, é o mais extenso e circunstanciado levantamento populacional do período provincial mineiro, além de ser o maior conjunto de informações nominativas de natureza censitária remanescente para o período imperial brasileiro. A representatividade e cobertura das listas remanescentes de 1831/32 são bastante satisfatórias, compreendem aproximadamente 55% da população e distritos então existentes em Minas Gerais³.

O uso de todas as listas nominativas foi inviabilizado pela elevada heterogeneidade da qualidade e da cobertura de informações de ocupações, elemento chave para a construção das categorias contidas nesse estudo. Mediante aplicação de uma metodologia⁴, elaborada para classificar as listas nominativas, foi possível recortar o censo de 1831/32 e constituir amostra composta de 60 listas em que a informação de ocupação não somente é abrangente, mas também de boa qualidade. A referida amostra foi elaborada debaixo de rigorosa avaliação de

³ As unidades espaciais de informação do Censo eram os distritos de paz, divididos em fogos ou domicílios. Foram relacionados para cada indivíduo recenseado o prenome, a condição social, a cor/origem e a idade. Sobrenome, estado conjugal, ocupação, nacionalidade e relações de parentesco ou subordinação socioeconômica foram informados para parcela da população.

cobertura espacial e representatividade. Sua distribuição segundo os recortes espaciais de desenvolvimento e centralidade urbana está expressa na Tabela 1. No Quadro 1 estão relacionados os setores e respectivos subsetores⁵.

Quadro 1
Setores e subsetores

Setores e subsetores	Setores e subsetores
Agropecuária	Serviço doméstico
Agricultura	Funções públicas
Agroindústria	Civis
Pecuária	Militares
Atividades agrícolas em geral	Igreja
Mineração	Outros setores
Atividades manuais e mecânicas	Extrativismo
Artífices em madeira	Assalariados
Artífices em metais	Controle do trabalho escravo
Artífices em couros e peles	Educação
Artífices em barro	Saúde
Artífices em fibras	Transportes
Artífices em fiação e tecelagem	Outras atividades
Artífices em tecidos	Desocupados
Artífices em edificações	Deficientes, enfermos e idosos
Outros artífices	Indigentes
Comércio	Sem ocupação
Comércio fixo	Associações ocupacionais
Comércio de tropas	

Tabela 1
Distribuição da população do total das listas nominativas disponíveis e da amostra, segundo níveis de centralidade e desenvolvimento regional Minas Gerais, 1831/32

Nível de centralidade	Total		Amostra		Níveis de desenvolvimento	Total		Amostra	
	N.	%	N.	%		N.	%	N.	%
Nível 1.....	8.160	2,0	-	-					
Nível 2.....	42.752	10,5	20.549	18,0	Nível Alto.....	234.306	57,5	56.074	49,2
Nível 3.....	106.942	26,2	37.079	32,6	Nível Médio.....	139.032	34,1	41.180	36,2
Nível 4.....	245.011	60,1	52.808	46,4	Nível Baixo.....	34.431	8,4	16.649	14,6
Total *	407.769	100,0	113.903	100,0	Total	407.769	100,0	113.903	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas. Amostra de 60 distritos.
Nota: (*) incluídos 4.904 habitantes no total e 3.467 habitantes na amostra pertencentes a distritos sem informação do nível de centralidade.

⁴ Tendo por base múltiplos critérios, que contemplaram a maior parte das variáveis do censo, a metodologia elaborada classificou as listas segundo a qualidade e cobertura da informação ocupacional. Em Godoy (2003), encontra-se a discussão sobre a metodologia empregada e os resultados obtidos.

⁵ Entre sinônimos, variantes vocabulares, ocupações simples e associadas foram relacionadas milhares de designações em 1831/32. Sistematizadas e classificadas, as ocupações foram reunidas em mais de 800 unidades ocupacionais. Para o estudo da estrutura ocupacional procedeu-se a setorização desse amplo universo de ocupações (Godoy, 2003).

1.2 O espaço: regionalização da província de Minas Gerais, níveis de desenvolvimento econômico das regiões e níveis de centralidade urbana

O presente estudo analisa o setor comercial utilizando recortes espaciais originários de três estudos anteriores: A regionalização de Godoy (1996), a classificação das mesmas regiões por nível de desenvolvimento de Paiva (1996), e o estudo da conformação do sistema de cidades de Rodarte (1999).

A proposta de regionalização adotada foi elaborada exclusivamente com base na percepção do espaço de viajantes estrangeiros que percorreram o território mineiro na primeira metade do século XIX. Do inter-relacionamento de fatores físicos, demográficos, econômicos, administrativos e históricos dividiu-se o espaço de Minas Gerais em 18 regiões. Embora aspectos de natureza econômica tenham ocupado posição central, as identidades regionais resultaram de combinações específicas de múltiplos aspectos (Godoy, 1996).

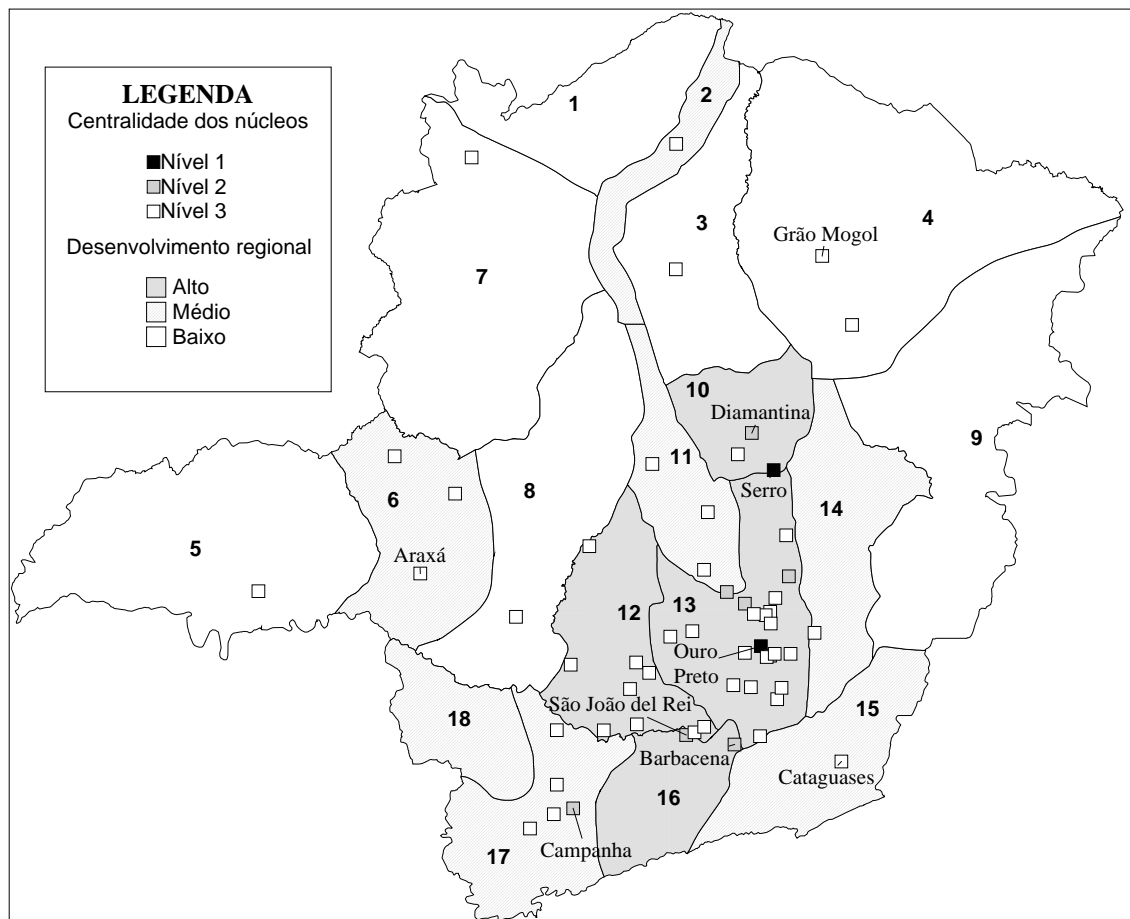
A classificação das regiões segundo o nível de desenvolvimento econômico resultou da mensuração da importância relativa da dinâmica da produção e comércio regionais articulada com a avaliação da expressão provincial das regiões. A determinação do nível de desenvolvimento econômico fundamentou-se nessa combinação da magnitude regional com a posição relativa na economia provincial. Assim, foram propostos, como categorias analíticas, três níveis de desenvolvimento econômico: baixo, médio e alto (Paiva, 1996: 113/127).

O estudo da rede urbana da província de Minas Gerais no século XIX realizou-se com base em duas teorias da economia regional: a dos lugares centrais e a de sistemas de cidades. O emprego do método Ward de análise de cluster, utilizando dados de profissão extraídos de documentos censitários das décadas de 1830, censos de 1831/32 e 1838/40, e 1870, censo do Império de 1872, possibilitou apontar para a conformação da rede urbana nesses dois períodos. A análise de cluster possibilitou construir, para cada período, quatro grupamentos hierárquicos de localidades segundo as funções centrais que detinham (níveis de centralidade), ou seja, pela concentração de atividades indicativas de localidades centrais, caracterizadas pela maior densidade econômico-urbana e área de influência (Rodarte, 1999).

Em relação à primeira metade do século XIX, deve-se considerar a existência de uma grande correlação entre o nível de urbanização detectado e o nível de desenvolvimento econômico de regiões, ou seja, a coincidência entre as regiões mais desenvolvidas e a

localização da concentração de lugares centrais em Minas (Mapa 1)⁶.

Mapa 1
Regionalização, Níveis de desenvolvimento e centralidade
Minas Gerais, 1831



Regiões: 1-Extremo Noroeste; 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatú; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-Sertão do Rio Doce; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitanguí-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Centralidade: **Nível 1** - Ouro Preto e Serro; **Nível 2:** Itabira do Mato Dentro, Vila de Campanha, Mariana, Santa Luzia, Diamantina, Barbacena, Caeté, S. João del Rei; **Nível 3:** Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Abaixo, Brumado, São Gonçalo, Santana do Sapucaí, Passagem, Guarapiranga, Forquim, Catas Altas, Grão Mogol, Minas Novas, Cachoeira do Campo, Araxá, Januária, Brumado, Queluz, Matosinhos, Dores da Boa Esperança, Cláudio, Prados, Vila de São José (Tiradentes), Bom Sucesso, Oliveira, Gouveia, Bambuí, Formiga, Espírito Santo, Nossa Senhora do Socorro, Mutuca, Desterro do Mello, Santa Rita da Meia Pataca, Nossa Senhora de Oliveira, São Sebastião, Nossa Senhora da Saúde, Itatiaia, Dores do Campo Formoso, Santana da Barra do Rio do Espírito, Coromandel, Buritis, Nossa Senhora da Abadia, Itaverava, Santana de Traíras, Santo Antônio da Mouraria, Santíssimo Coração de Jesus, Morro da Garça, São Sebastião do Itatiaia, Perdões, Carmo do Japão, Santo Antônio Abaixo; **Nível 4:** nível mais baixo de centralidade, composto pelos demais 177 distritos pesquisados, não visualizados no mapa (RODARTE, 1999: 89 e 126).

Fonte: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. Elaboração própria.

⁶ Uma discussão mais detalhada sobre as relações entre desenvolvimento econômico e conformação da rede de cidades em Minas Gerais, no século XIX, é encontrada em Rodarte, Paula e Simões (2004) e Rodarte (1999).

1.3 O domicílio como unidade de análise

Os historiadores que utilizam listas nominativas de habitantes, como fontes para o estudo do século XIX, consideram que o primeiro indivíduo listado no fogo ou domicílio era o chefe e que os demais a ele subordinavam-se, como parentes, agregados e escravos. Essa definição raramente entra em contradição com os dados dos censos nominais oitocentistas, ao menos os de Minas Gerais. Como decorrência, convencionou-se que a ocupação do chefe era a atividade nuclear do domicílio, sendo que as demais ocupações exercidas pelos não-chefes tinham o caráter de subordinadas e associadas ou subsidiárias. Portanto, definiu-se o setor econômico central do domicílio a partir da ocupação do chefe. Considerou-se também que em listas nominativas a regra é o fogo ou domicílio coincidir com a unidade de trabalho ou econômica. As exceções tendem a não ter significado estatístico suficiente para comprometer a regra.

Ao estender esse pressuposto para os objetivos do presente estudo, criou-se uma tipologia de unidades comerciais, definidas a partir da posição do comerciante em seu domicílio, a saber:

- Tipo I: Fogos com comerciante chefe, acompanhado, ou não, de membros não-chefes livres e de escravos comerciantes. Nesse caso, o comércio era a atividade nuclear do domicílio;
- Tipo II: Fogos em que o comércio era a ocupação declarada para um ou mais não-chefes livres, acompanhados ou não de escravos comerciantes. Nessa categoria, o comércio, por definição, estava subordinado ou associado a outra(s) atividade(s);
- Tipo III: Fogos com a atividade comercial desempenhada apenas por escravos. Com essa configuração, o comércio foi considerado atividade subsidiária.

Como forma de simplificação, adotou-se a expressão “unidade comercial” em todos os casos de domicílios que continham ao menos um comerciante, independentemente de sua tipologia. Essas unidades comerciais dividiam-se em três modalidades: 1) as unidades de comércio fixo (onde se inseriam também, as unidades com comerciantes ambulantes); 2) as unidades de tropas; e 3) as unidades de comércio fixo integradas com atividades tropeiras, caso peculiar de domicílios com a presença de comerciantes fixos coexistindo com tropeiros.

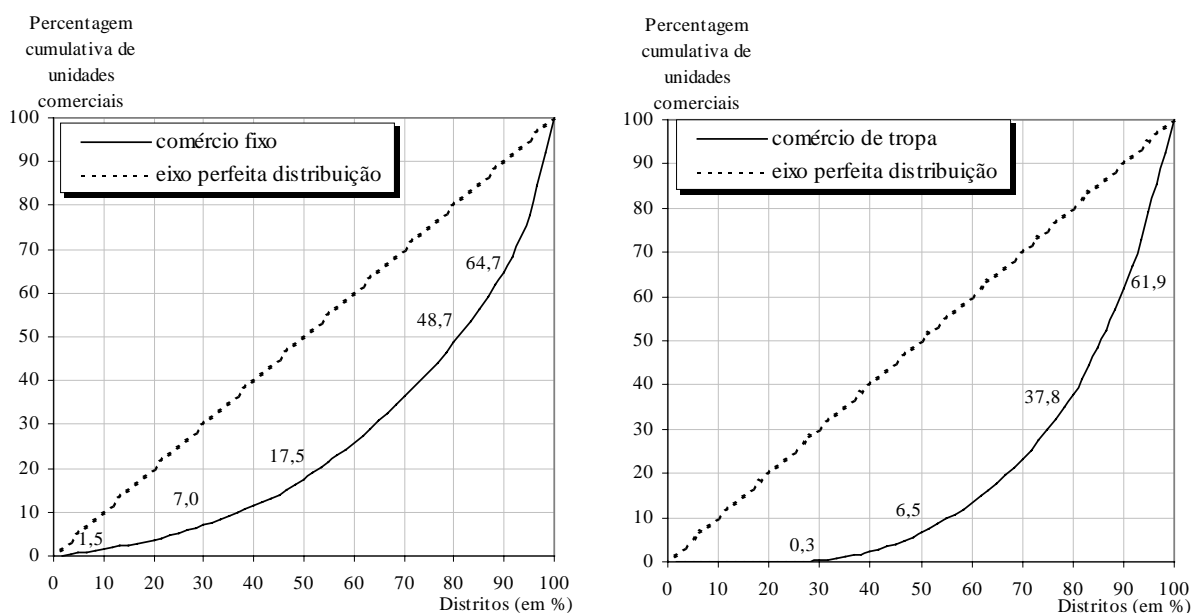
2. As unidades comerciais em Minas Gerais

2.1 Espacialização das atividades econômicas

Para ilustrar o grau de concentração espacial das unidades comerciais utilizou-se uma adaptação da "curva de Lorenz" elaborada da seguinte maneira: a) estabeleceu-se, no eixo vertical, a porcentagem acumulada do número de unidades comerciais que possuíam os distritos no seu conjunto, b) no eixo da abcissa, dispôs-se os distritos em ordem crescente segundo o número de unidades comerciais que possuem, por percentil, de 0 a 100%.

No Gráfico 1 observa-se que o número no grupo dos 10% dos distritos com menor intensidade comercial detinha apenas 1,5% das unidades comerciais fixas. No outro extremo observa-se que os 10% dos distritos mais opulentos nessa atividade comercial concentravam 35,3% das unidades comerciais fixas. Deve-se frisar também que apenas 20% dos distritos mineiros detinham cerca de metade (51,3%) das unidades comerciais fixas.

Gráfico 1
Curvas de Lorenz sobre distribuição de unidades comerciais fixas e de tropas por distrito
Minas Gerais, 1831/32

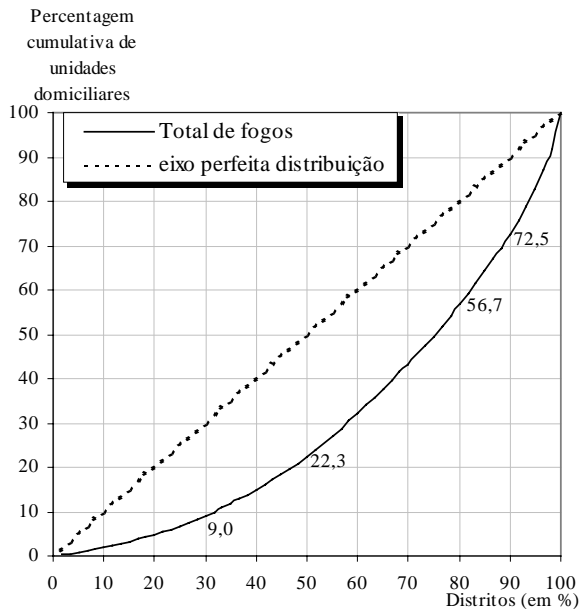


Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas. Amostra de 60 distritos. Elaboração própria.

A atividade comercial de tropas estava ainda mais concentrada que a categoria de estabelecimentos, como sugere a sua curva de Lorenz, uma vez que tal curva de distribuição das unidades de tropas estava mais distante do eixo de perfeita distribuição, que no caso dos estabelecimentos fixos. Pouco menos de dois terços (62,2%) das unidades de tropas estavam

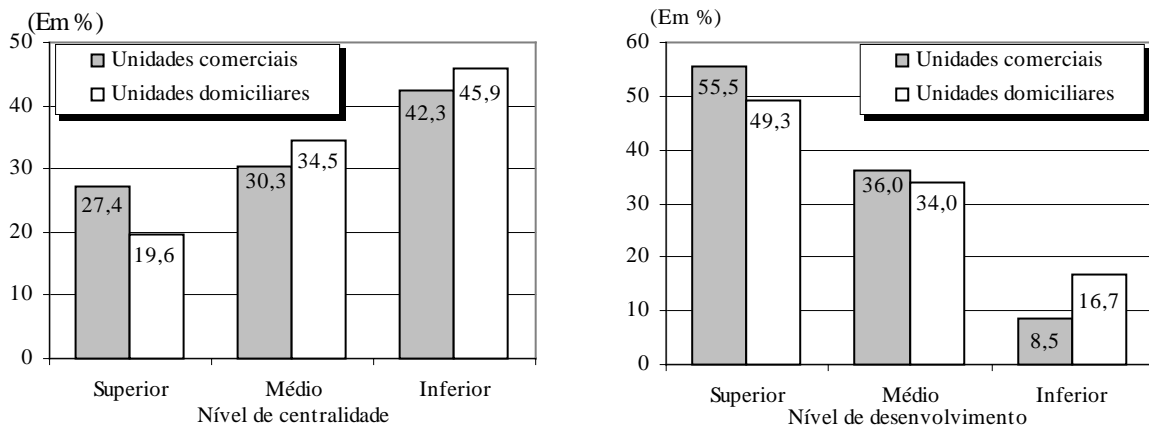
sediadas em 20% dos distritos mineiros (Gráfico 1).

Gráfico 2
Curvas de Lorenz sobre distribuição de fogos por distrito
Minas Gerais, 1831/32



Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas. Amostra de 60 distritos. Elaboração própria.

Gráfico 3
Distribuição das unidades comerciais de fixas e domicílios, por níveis de centralidade e desenvolvimento
Minas Gerais, 1831/32



Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas. Amostra de 60 distritos. Elaboração própria.

A concentração tanto do comércio fixo, como do tropeiro, pode ser justificada pela própria concentração populacional entre distritos, embora esse fenômeno, se mantidas as proporções, possa explicar apenas parte do fenômeno, uma vez que a concentração de